

STJ00111838

SUZY ELIZABETH CAVALCANTE KOURY
FELIPE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

Prefácio
Fernando Facury Scaff

DIREITO ECONÔMICO
E CONCORRÊNCIA
ESTUDOS E PERSPECTIVAS

Belo Horizonte

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvania Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (in memoriam)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique L'nes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

<p>K88</p> <p>Koury, Suzy Elizabeth Cavalcante</p> <p>Direito Econômico e concorrência: estudos e perspectivas / Suzy Elizabeth Cavalcante Koury, Felipe Guimarães de Oliveira. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.</p> <p>273 p.</p> <p>ISBN: 978-65-5518-155-5</p> <p>1. Direito Econômico. 2. Teoria Econômica. 3. Direito Concorrencial. I. Oliveira, Felipe Guimarães de. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 341.378 CDU 346</p>

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante; OLIVEIRA, Felipe Guimarães de. *Direito Econômico e concorrência: estudos e perspectivas*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. ISBN 978-65-5518-155-5.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

Fernando Facury Scaff	13
------------------------------------	----

CAPÍTULO 1

O PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE NA OBRA DE WASHINGTON PELUSO ALBINO	21
--	----

1 O professor Washington Albino.....	21
2 A origem do princípio da economicidade.....	25
3 A aplicação do conceito de economicidade.....	30
4 A aplicação jurisprudencial da economicidade.....	34
5 À guisa de conclusão: economicidade: a atualidade da ideia de ética na economia	37
Referências	38

CAPÍTULO 2

A CRFB/88, O CAPITALISMO E A INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO: A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E HUMANO	39
--	----

Introdução.....	39
1 Os diversos capitalismos e o direito econômico.....	40
2 A ideologia constitucionalmente adotada no ordenamento jurídico brasileiro: o direito ao desenvolvimento e a dignidade da pessoa humana	46
Conclusão.....	52
Referências	53

CAPÍTULO 3

INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO: POR UMA POLÍTICA PÚBLICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO SUPERENDIVIDAMENTO NO BRASIL	57
---	----

1	Introito	57
2	O fenômeno do superendividamento e a defesa do consumidor: uma imposição constitucional	59
3	As possíveis “válvulas de escape” na prevenção e combate ao superendividamento do consumidor de crédito no Brasil: existem novos instrumentos?	67
	Conclusão	75
	Referências	76

CAPÍTULO 4

	GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR NA ERA DA HIPERMODERNIDADE	79
1	Introdução	79
2	Capitalismo, mercado de massas e globalização econômica.....	81
3	O fenômeno do superendividamento na era da hipermodernidade e o direito do consumidor no Brasil.....	86
4	Considerações finais	95
	Referências	97

CAPÍTULO 5

	DIREITO ECONÔMICO DO TRABALHO: A TERCEIRIZAÇÃO E O INCREMENTO DOS ACIDENTES DE TRABALHO NO SETOR ELÉTRICO	99
1	Introdução.....	99
2	As revoluções industriais e o capitalismo: as mudanças no mundo do trabalho.....	101
3	A precarização do trabalho e suas consequências no meio ambiente laboral.....	108
4	A legislação e a jurisprudência trabalhista quanto aos acidentes de trabalho no setor elétrico.....	114
5	Conclusão	120
	Referências	121

CAPÍTULO 6

APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A
DEFESA DA CONCORRÊNCIA E DO DIREITO

ANTITRUSTE	125
1 O pensamento econômico	125
1.1 Corporações de ofício e a Idade Média	125
2 Adam Smith e o liberalismo econômico	129
3 Joseph Alois Schumpeter e a escola schumpeteriana da concorrência	133
4 John Maynard Keynes e o intervencionismo estatal	137
5 The Sherman Antitrust Act, de 1890 (<i>Sherman Act</i>)	142
6 The Clayton Antitrust Act, de 1914 (<i>Clayton Act</i>)	148
7 A Teoria dos Jogos (The Theory of Games) e o "Equilíbrio de Nash"	149
Referências	152

CAPÍTULO 7

PODER ECONÔMICO DE MERCADO E DIREITO
CONCORRENCIAL

155	
1 O poder econômico de mercado	155
1.1 Conceito e definição	155
2 O mercado relevante (<i>relevant market</i>)	158
2.1 Mercado relevante material	159
2.2 Mercado relevante geográfico	161
2.3 Mercado relevante temporário	164
3 O mercado competitivo (<i>competitive market</i>)	165
3.1 Mercado perfeitamente competitivo (concorrência perfeita)	165
3.2 Mercado imperfeitamente competitivo (concorrência imperfeita)	167
4 O mercado soberano (<i>sovereign market</i>)	169
4.1 Monopólio	169
4.1.1 Monopólio convencional	169
4.1.2 Monopólio natural	174
4.1.3 Monopólio decorrente de inovação tecnológica	176

4.1.4	Monopólio legal	178
4.2	Oligopólio.....	181
4.3	Monopsônio	184
4.4	Oligopsônio.....	184
	Referências	185

CAPÍTULO 8

BACEN VS. CADE: POR UMA COMPETÊNCIA REGULATÓRIA COMPLEMENTAR NA ANÁLISE DOS ATOS DE CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA DO SETOR BANCÁRIO		187
	Introito	187
1	Os atos de concentração econômica no setor bancário.....	189
2	Sistema Financeiro Nacional, BACEN e CADE: competências em matéria de concentração bancária.....	193
3	O Parecer nº 20/2001 da Advocacia-Geral da União e a judicialização do conflito de competência.....	197
4	A competência regulatória complementar na análise dos atos de concentração econômica do setor bancário	201
	Conclusão	209
	Referências	210

CAPÍTULO 9

CONCENTRAÇÕES EMPRESARIAIS NA PRÁXIS MERCANTIL E O DIREITO DA CONCORRÊNCIA		213
1	Concentrações empresariais e mercado.....	213
1.1	Fusão.....	217
1.2	Incorporação de sociedades.....	220
1.3	Incorporação total de ações e subsidiárias integrais.....	223
1.4	Cisão.....	226
1.5	<i>Drop Down</i>	229
1.6	Consórcio societário.....	231
1.7	<i>Joint venture</i>	233
1.8	<i> Holding</i>	235
	Referências	236

CAPÍTULO 10	
O DIREITO PROCESSUAL DA CONCORRÊNCIA	
E O CONTROLE DAS CONCENTRAÇÕES	
EMPRESARIAIS NO BRASIL..... 239	
1	Breve introito 239
2	A análise prévia (<i>prior review</i>) em atos de concentração econômica 241
2.1	Definição..... 241
2.2	A legislação comparada: os regimes norte-americano e europeu no sistema da <i>prior review</i> 242
2.3	O prazo para a aprovação do ato de concentração e a aprovação tácita pós-veto presidencial do art. 64 da Lei nº 12.529/11..... 245
2.4	Aplicação de multa pecuniária em casos de descumprimento ao sistema da <i>prior review</i> : o <i>gun jumping</i> 247
2.5	Da exigência de submissão de atos de concentração não enquadrados na análise prévia 249
3	Do processo administrativo de concentração 250
3.1	Do processo administrativo na Superintendência-Geral..... 250
3.2	Do processo administrativo no Tribunal Administrativo 254
3.3	Procedimento sumário 258
3.4	A possibilidade de relativização da ilegalidade <i>per se</i> pela regra da razão (<i>rule of reason</i>) 263
4	Das execuções judiciais de decisões do CADE 268
	Conclusão 271
	Referências 273